



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia da Educação [ST]

APRENDIZAGEM FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL NA EUROPA - UMA ANÁLISE A PARTIR DO INQUÉRITO À EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (IEFA)

ANÍBAL, Alexandra

Doutoramento em Sociologia

Câmara Municipal de Lisboa

alexandra.anibal@gmail.com

ÁVILA, Patrícia

Doutoramento em Sociologia

ISCTE-IUL

patricia.avila@iscte.pt

Resumo

No quadro de uma abordagem macro à questão da aprendizagem ao longo da vida, consideramos da maior relevância a informação recolhida através do Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA), realizado em 2007 e em 2011, em 27 países europeus, sob as orientações metodológicas e de conteúdo do EUROSTAT. Este inquérito teve com objectivo principal analisar a participação dos adultos europeus em atividades de aprendizagem formal, não formal e informal. Na presente comunicação propomo-nos apresentar uma análise realizada aos dados recolhidos em ambos os inquéritos, propondo-nos atingir os seguintes objectivos:

- i) Identificar, caracterizar e comparar os diferentes modos e processos de aprendizagem realizados pelos europeus;
- ii) Comparar os diferentes países europeus quanto a modos e processos de aprendizagem;
- iii) Identificar as especificidades portuguesas ao nível da realização de aprendizagens formais, não formais e informais.

Relativamente ao nosso país, e pela possibilidade de acesso aos dados em bruto destes inquéritos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, foi ainda possível aprofundar algumas linhas e pistas de investigação, nomeadamente perceber de um modo mais integrado quais os principais determinantes da aprendizagem em Portugal, através da utilização de ferramentas de análise multivariada.

Abstract

As part of a macro approach to the issue of lifelong learning, we consider as highly relevant the information collected through the Survey on Education and Training of Adults (IEFA), conducted in 2007 and 2011 in 27 European countries, under the methodological and content guidance of the EUROSTAT. Those surveys were aimed mainly to analyze the participation of European adults in formal, non-formal and informal activities. In this communication we propose to present an analysis of the data collected in both surveys, and we purpose to achieve the following objectives:

- i) Identify, characterize and compare the different modes and learning processes undertaken by Europeans;
- ii) Compare different European countries about ways of learning and learning processes;
- iii) Identify the Portuguese specifics on the levels of achievement in formal, non-formal and informal learning.

In regards to our country, given the possibility of access to raw data from these surveys provided by the National Institute of Statistics, we were able to go deeper on some lines of research, namely to understand in a more integrated view what were the main determinants of learning in Portugal, by use of multivariate analysis tools.

Palavras-chave: Aprendizagem ao longo da vida, aprendizagem formal, não formal e informal, Processos de reconhecimento, validação e certificação de competências

Keywords: Formal, non-formal and informal learning; Longlife learning; Validation of non-formal and informal learning

Em 2007 e em 2011, sob as orientações metodológicas e de conteúdo do EUROSTAT, foi realizado em cada um dos vinte e sete países da União Europeia o Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) com o objectivo principal de analisar a participação dos adultos em atividades de aprendizagem formal, não formal e informal. Para tal, os europeus foram questionados sobre as atividades de educação formal e não formal, bem como de aprendizagem informal, nas quais tivessem estado envolvidos nos 12 meses imediatamente anteriores ao momento da inquirição. Em Portugal, as referidas operações estatísticas foram levadas a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo a primeira decorrido em 2007 e a segunda entre Outubro de 2011 e Janeiro de 2012.

Em 2007, o âmbito etário de referência da população inquirida foi dos 18 aos 64 anos. Em 2011 alargou-se a indivíduos entre os 18 aos 69 anos.ⁱ Os conceitos de aprendizagem formal, não formal e informal são comuns aos dois inquéritos, embora a formulação das questões com eles relacionadas tenha sofrido algumas alterações.

IEFA 2007 e 2011	Aprendizagem formal	Aprendizagem não formal	Aprendizagem informal
Conceitos	Educação ou Formação ministradas em instituições de educação e formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores	Formação que decorre normalmente em estruturas institucionais, devendo conferir um certificado de frequência de curso. Esta certificação não é, normalmente reconhecida pelas autoridades nacionais, não permitindo a progressão na sucessão hierárquica de níveis de educação e formação	Formação que decorre das atividades da vida quotidiana relacionadas com o trabalho, a família, a vida social ou o lazer. Normalmente tem lugar fora das estruturas institucionais, decorrendo num ambiente de aprendizagem que o aprendente (ou outra pessoa) pode organizar e estruturar livremente. Não confere certificação, embora as competências adquiridas por esta via possam vir a ser submetidas a processo de validação e certificação.

Figura 1 - Conceitos de Aprendizagem formal, não formal e informal no IEFA 2007 e IEFA 2011. Fonte: Documentos Metodológicos IEFA 2007 e IEFA 2011

A definição de aprendizagem informal comum aos dois inquéritos corresponde, em nosso entender, a uma abordagem demasiado restritiva do fenómeno em causa: apenas considera as aprendizagens “intencionais”, deixando de fora do conceito as aprendizagens informais que tenham ocorrido de modo não deliberado ou não intencionalⁱⁱⁱ Mas é com esta definição presente que devem ser interpretados os resultados destes inquéritos. A análise aos dados foi realizada em dois níveis, visando diferentes objectivos:

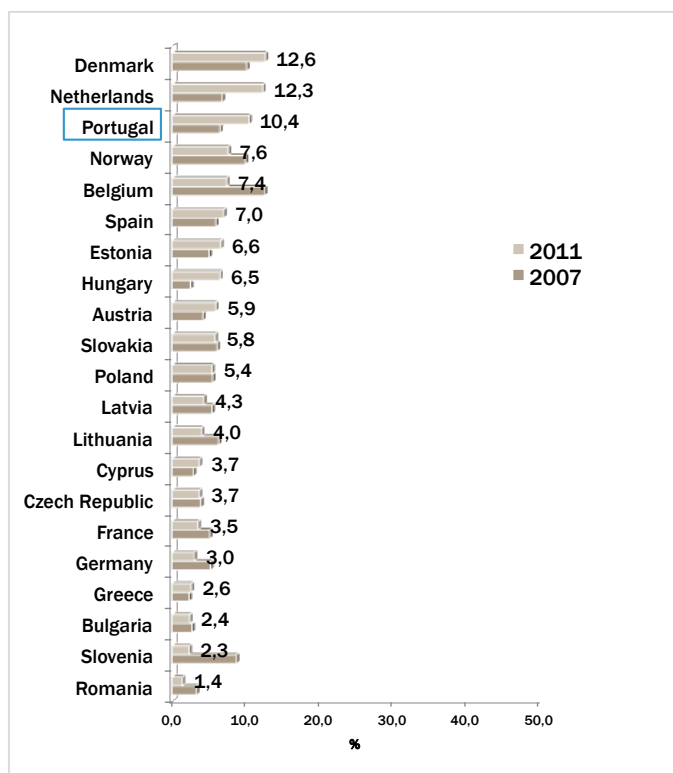
O primeiro, consiste num esforço de comparação das respostas dadas pelos portugueses com as dos restantes europeus. Pretende-se obter um retrato comparado dos vários países e também identificar as principais tendências registadas entre 2007 e 2011, para a aprendizagem formal e não formal. Refira-se que, relativamente à aprendizagem informal, a comparação entre países apenas é possível, por enquanto, para o ano de 2007.

O segundo nível de análise pretende aprofundar a leitura da realidade portuguesa no que diz respeito à aprendizagem informal, comparando os dados recolhidos em 2007 com os de 2011. Assim, partindo das bases de dados (micro-dados) relativas a Portugal para aqueles dois anos, foram examinadas algumas linhas e pistas de investigação ainda não exploradas. Foi possível, nomeadamente, através da utilização de ferramentas de análise multivariada, perceber de um modo integrado os principais determinantes da aprendizagem informal em Portugal.

Aprendizagem formal e não formal, em Portugal e na Europa

Começando por comparar os resultados dos vários países no que se refere às taxas de participação da população, com idades entre os 24 e os 64 anos, em **atividades de aprendizagem formal**, percebe-se, antes de mais, que estamos perante uma modalidade de aprendizagem que abrange segmentos muito reduzidos dos adultos.

Tomando por referência o ano de 2011, as taxas de participação nesta modalidade de aprendizagem praticamente não têm expressão em países como a Roménia, a Eslovénia e a Grécia e ultrapassam ligeiramente os 10% na Dinamarca, Holanda e Portugal. A posição relativa de Portugal é um dos aspetos que mais se destaca na leitura deste gráfico, evidenciando de forma clara o esforço que o país desenvolveu, nos últimos anos, relativamente à melhoria da qualificação escolar da população adulta. Com efeito, Portugal foi um dos países que mais viu crescer a sua taxa de participação em aprendizagem formal entre 2007 e 2011 (em cerca de 4%).



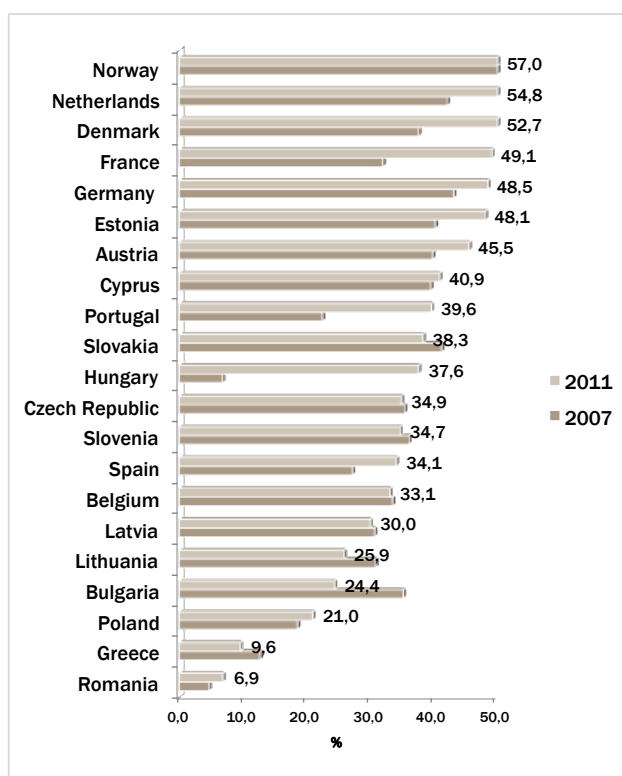
Nota: valores percentuais apresentados para 2011; países ordenados por ordem decrescente das taxas de participação em 2011

Figura 2 - Participação em atividades de aprendizagem formal, por país, 2007 e 2011. Fonte: Eurostat, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011 (24-64 anos)

Ainda tendo por referência o ano de 2011, e passando à **participação em atividades de aprendizagem não formal**, verifica-se que, na generalidade dos países, as taxas de participação são, como seria de esperar, bastante mais elevadas do que as relativas à aprendizagem formal. Os valores situam-se um pouco acima de 50% para países como a Noruega, a Holanda e a Dinamarca e abaixo dos 10% na Grécia e na Roménia. São diferenças muito expressivas, que espelham e refletem as fortes desigualdades entre países quanto ao envolvimento da população adulta em processos de aprendizagem ao longo da vida.

A posição de Portugal evidencia, uma vez mais, as dinâmicas ocorridas nos últimos anos relativamente ao envolvimento da população adulta em atividades de aprendizagem. Em Portugal, cerca de 40% dos inquiridos declararam, em 2011, ter estado envolvidos neste tipo de ações. Trata-se de um valor relativamente elevado, sobretudo quando comparado com o que havia sido registado em 2007: nesse ano

apenas 22,5% dos inquiridos confirmaram a participação em atividades de aprendizagem não formal. Apenas a Hungria registou, no mesmo período tempo, um aumento superior.

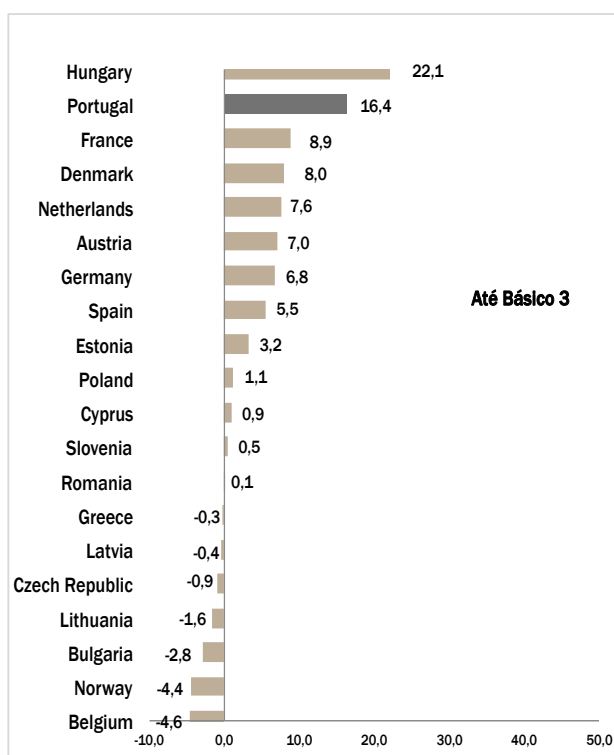
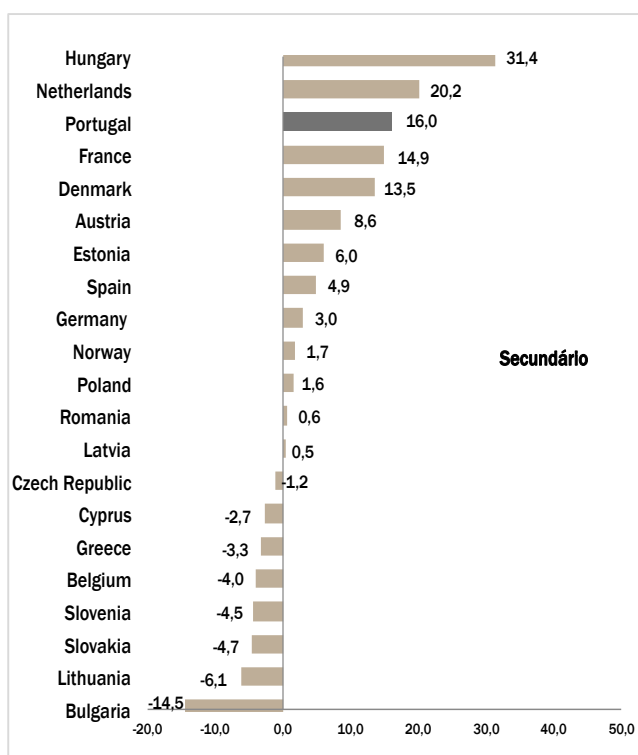
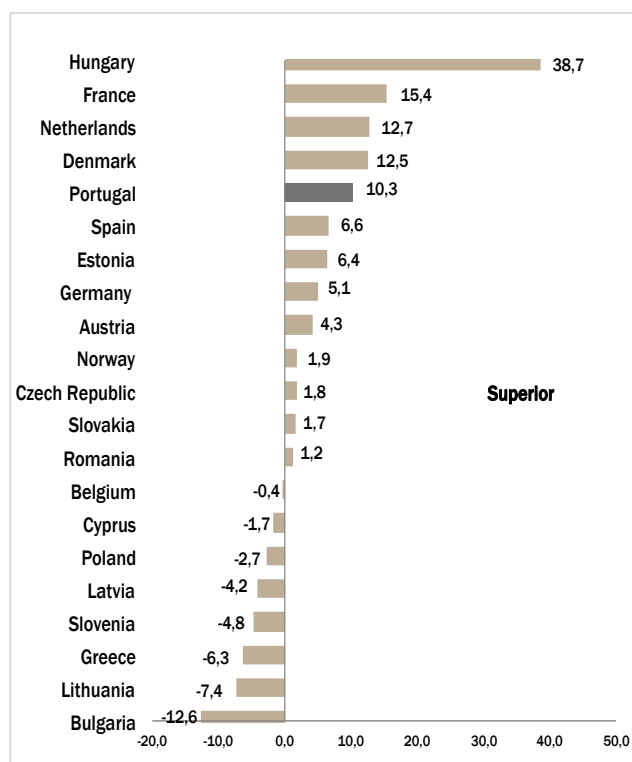


Nota: valores percentuais apresentados para 2011; países ordenados por ordem decrescente das taxas de participação em 2011

Figura 3 - Participação em atividades de aprendizagem não formal, por país, 2007 e 2011. Fonte: Eurostat, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011

Perante estes resultados, é necessário perceber algumas das características da evolução registada. Uma questão que se coloca de imediato consiste em perceber quais os inquiridos que protagonizaram esta mudança. Será ela transversal ao conjunto dos adultos, ou abrangerá predominantemente segmentos específicos? Não sendo possível, no quadro desta apresentação, tratar com a devida profundidade esta questão (o que implicaria a mobilização de um conjunto muito alargado de variáveis), procura-se situar o fenómeno atendendo à escolaridade dos inquiridos.

Antes de se apresentarem os resultados é importante recordar os contornos da relação entre escolaridade e participação em processos de educação e formação ao longo da vida. Ao contrário do que se poderia supor, de um modo geral são os indivíduos com níveis de qualificação escolar mais elevados aqueles que mais se envolvem, no decurso da sua vida, e em diferentes contextos, em atividades que proporcionam experiências de aprendizagem. Quer isto dizer que aqueles que detêm recursos escolares e competências mais reduzidos tendem a encontrar múltiplos obstáculos, objetivos e subjetivos, que, em conjunto, os afastam das dinâmicas de aprendizagem ao longo da vida. Este é um fenómeno que atravessa todos os países, considerando-se, por isso que, para o contrariar, são necessárias políticas especialmente orientadas para potenciar a participação de todos aqueles que tendem a ficar cada vez mais afastados do acesso ao conhecimento e a competências consideradas decisivas para responder aos desafios e exigências das sociedades contemporâneas. Neste quadro de profundas desigualdades no acesso à aprendizagem formal e não formal por parte dos adultos menos escolarizados, importa então perceber em que medida a evolução positiva registada em Portugal entre 2007 e 2011 as reforça ou mantém. As figuras 4, 5 e 6 permitem um olhar sobre este tema



Figuras 4, 5 e 6 - Diferença entre a percentagem de participação em atividades de aprendizagem formal ou não formal em 2011 e em 2007, por nível de escolaridade. Fonte: Eurostat, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011

Os resultados mostram que, efetivamente, na maioria dos países tendem a acentuar-se, no período de tempo considerado, as desigualdades entre os inquiridos quanto ao envolvimento em processos de aprendizagem ao longo da vida (formais e não formais) em função da escolaridade: nos países que viram as suas taxa de

participação aumentar, o crescimento é sempre maior entre os inquiridos que têm uma escolaridade de nível secundário ou superior.

A única exceção a este cenário é Portugal. Com efeito, Portugal surge com sendo o único país em que o maior aumento na taxa de participação neste tipo de processos (16,4%) foi registado entre os detentores de qualificações escolares de partida mais baixas (até básico 3). Os valores registados entre aqueles que tinham ensino secundário são muito próximos (16%), mas não deixa de ser de sublinhar a equiparação com a população menos escolarizada. Pode assim afirmar-se que **Portugal regista, no período em análise, uma diminuição das desigualdades no acesso da população adulta a processos formais e não formais de aprendizagem ao longo da vida.**

A análise aos dados do IEFA 2011 permite evidenciar que, no nosso país, 20,5% dos participantes em atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), que, neste inquérito, integra a aprendizagem formal e não formal, afirmam que estiveram envolvidos em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Considerando apenas a participação em aprendizagem formal, pode verificar-se o seguinte: mais de 80% dos indivíduos envolvidos em aprendizagens formais que têm escolaridade baixa (até Básico 3) e 45,5% dos indivíduos envolvidos em aprendizagens formais que têm o ensino secundário, estiveram envolvidos em processos RVCC.

Os processos RVCC parecem, pois, ter constituído uma parcela muito importante do envolvimento dos portugueses em atividades de ALV, nomeadamente entre os participantes com escolaridade mais baixa.

Através da realização de uma regressão logística, confirma-se que a participação nestes processos é o preditor mais significativo da participação dos portugueses em atividades de ALV. Seguem-se, como variáveis preditoras dessa participação, a participação em aprendizagem informal e a escolaridade.

Variáveis preditoras	Participação ALV Odds Ratio
Escolaridade	1,442**
Participação em processos RVCC	4,752**
Participação em ap. informal	1,639**
Idade	0,977**
Sexo (masculino)	1,201**
Presença crianças com menos de 15 anos no alojamento	1,178*
Escolaridade do pai	1,100**
Nagelkerke R ²	0,267*
χ ² Model	1752,3

*p<0,01**p<0,001

Figura 7 - Preditores da participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida (ALV), 25-64 anos (escolaridade até ao ensino secundário) - Regressão Logística. Fonte: Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2011 (25-64 anos). Micro-dados do INE– Cálculos próprios.

As aprendizagens informais em Portugal

Neste segundo nível de análise, o enfoque é colocado apenas em Portugal e nos resultados do nosso país nos inquéritos IEFA 2007 e 2011.

Uma primeira constatação que decorre da análise dos dados é a de que, qualquer que tenha sido o modo (formal, não formal ou informal) adotado pelos portugueses para realizar aprendizagens, nos 4 anos que decorreram entre os inquéritos, verificou-se um aumento do número de pessoas que afirmaram ter efetuado aprendizagens. As aprendizagens formais passaram a ser referidas, em 2011, por 10,6% dos inquiridos (eram-no por 6,5%), as aprendizagens não formais por quase 40% (em vez dos iniciais 22,5%) e, finalmente, as aprendizagens informais passam a ser referidas por cerca de 67% dos inquiridos (em vez dos cerca de 39% que as referiam em 2007).

Assim, constata-se que, entre 2007 e 2011, a estrutura de modos de aprendizagem se mantém semelhante: a participação dos indivíduos em atividades de aprendizagem vai decrescendo à medida que aumenta o respetivo grau de formalização. Mas se a estrutura se mantém, o número de aprendentes sofre um grande aumento, o que permite afirmar que os portugueses se envolveram muito mais em aprendizagens em 2011 do que o haviam feito em 2007. No caso das aprendizagens informais, e dada a maior dificuldade de as objetivar em frequências de cursos específicos, podemos afirmar que os portugueses parecem ter passado a estar mais atentos, em 2011, às possibilidades de realizarem aprendizagens no seu quotidiano e terem passado a tomar consciência daquelas em que efetivamente se envolvem.

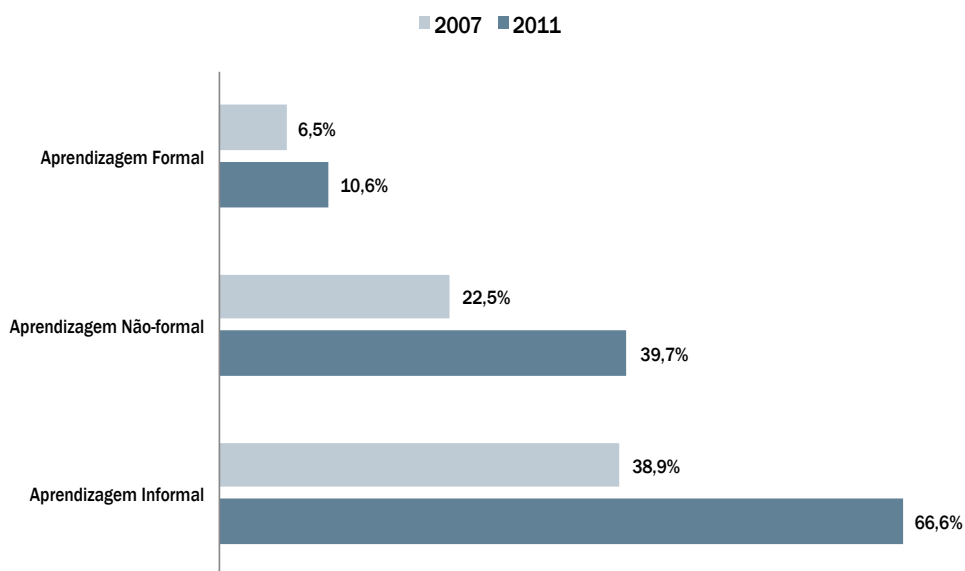


Figura 8 - Participação dos portugueses em atividades de aprendizagem formal, não formal e informal, em 2007 e 2011. Fonte: Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011 (25-64 anos). Micro-dados do INE – Cálculos próprios.

Aprofundando agora a questão da aprendizagem informal, pode verificar-se que é sobretudo através de relações interpessoais (com amigos, colegas, familiares) que os indivíduos afirmam realizar aprendizagens, tanto em 2007 como em 2011. Mas em 2011 surge em segundo lugar a aprendizagem realizada com recurso a computadores e internet, ultrapassando a aprendizagem realizada através de consulta de material impresso (que estava em 2º lugar em 2007). Menos frequentes, tanto em 2007 como em 2011, são as aprendizagens realizadas através da televisão, rádio e vídeo ou através de visitas guiadas a museus e/ou locais de interesse histórico-natural.

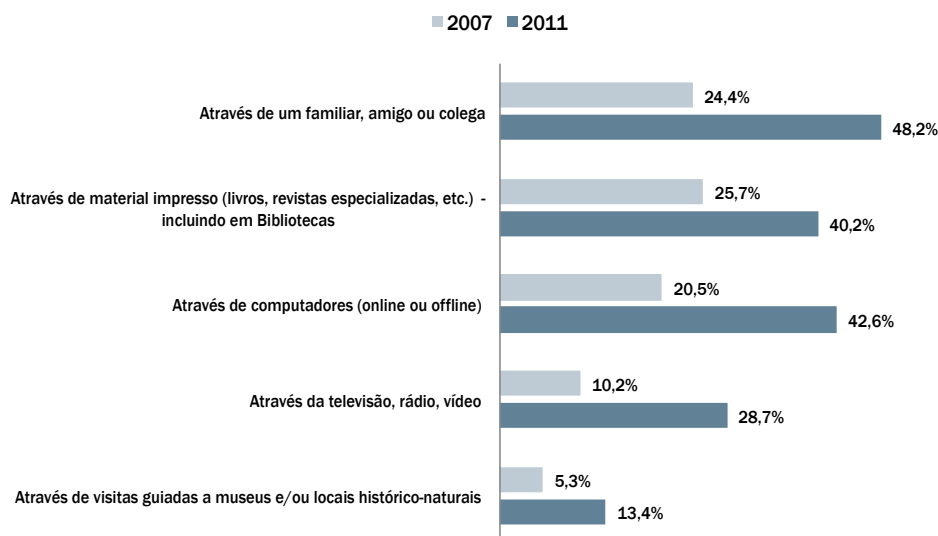


Figura 9 - Meios de concretização das aprendizagens informais, em Portugal, em 2007 e 2011. Fonte: Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011 (25-64 anos). Micro-dados do INE – Cálculos próprios.

Aprendizagens informais e idade

A idade dos inquiridos está relacionada com a sua participação em atividades de aprendizagem informal. De facto, em Portugal verifica-se a existência de uma relação significativa entre estas duas variáveis. Quanto mais jovens são os indivíduos, mais são os que respondem afirmativamente quando questionados sobre se participaram em atividades de aprendizagem informal nos últimos 12 meses. As percentagens de respostas afirmativas a esta questão vão diminuindo com a idade.

Esta situação mantêm-se de 2007 para 2011, havendo, portanto, um aumento comum a todos os grupos etários, das pessoas que afirmaram ter realizado aprendizagens de modo informal.

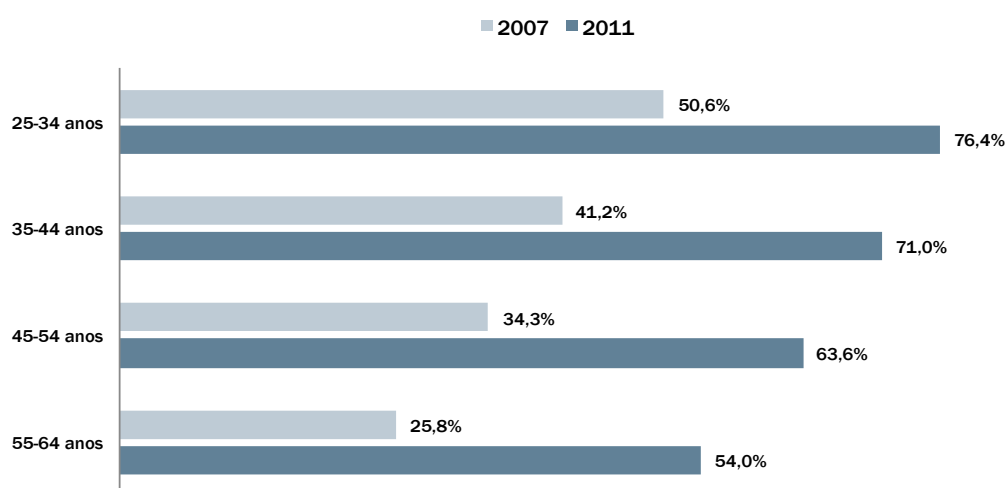


Figura 10 - Realização de aprendizagens informais por escalões etários, em Portugal, em 2007 e 2011. Fonte: Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011 (25-64 anos). Micro-dados do INE – Cálculos próprios.

Aprendizagens informais e nível de escolaridade

Encontrou-se também uma associação evidente, e estatisticamente significativa, entre o nível de escolaridade dos inquiridos e a participação em atividades de aprendizagem informal. Ou seja, a escolaridade dos indivíduos influencia a probabilidade da sua participação em atividades de aprendizagem informal.

Quanto mais elevado é o nível de escolaridade, maior é a participação em atividades de aprendizagem informal. Sendo poucos os portugueses que têm uma escolaridade elevada, e muitos aqueles cujos recursos escolares (refletidos em frequência e conclusão de anos de escolaridade) são muito baixos, o défice de escolarização da população tem implicações negativas quanto ao envolvimento dos indivíduos em formas não escolares de aprender. Mesmo que estejamos perante diferentes entendimentos dos inquiridos sobre aquilo que significa aprender, é muito evidente o facto de haver uma estreita associação entre capital escolar e aprendizagens informais.

A análise destes dados evidencia que não são apenas as aprendizagens que pressupõem prévias competências de literacia que ficam comprometidas com a escassez de escolaridade. Se até as aprendizagens que decorrem de relações informais estão relacionadas com a escolaridade, percebe-se que o afastamento relativamente a estes processos tem a ver com as “disposições” dos indivíduos a este respeito e também, muito provavelmente, com os seus contextos de vida e com as suas redes de relações. A frequência da escola parece influenciar não só a aquisição de aprendizagens específicas e de modos de aprender, mas também o desenvolvimento de disposições e de redes de relações potenciadoras de aprendizagens aos mais variados níveis (Ávila, 2008). O impacto da escola na vida dos indivíduos surge como muito abrangente, extravasando os limites da aprendizagem formal e interferindo nas aprendizagens informais, quotidianas, nas formas de ser e de estar individuais e com os outros.

Mas também aqui se verifica uma evolução importante entre a realidade de 2007 e a de 2011. Pela análise do gráfico seguinte, pode constatar-se que é entre aqueles que têm uma escolaridade menos elevada que se verificaram os maiores aumentos em termos de realização de aprendizagens informais: entre os detentores da antiga 4ª classe (1º ciclo do ensino básico) a participação em atividades de aprendizagem informal mais do duplica entre 2007 e 2011; por seu lado, entre os detentores de um diploma universitário ao nível da licenciatura o aumento fica-se pelos 15%, sendo de cerca de 10% entre os mestres e apresentando uma evolução até negativa no caso de quem possui o doutoramento.

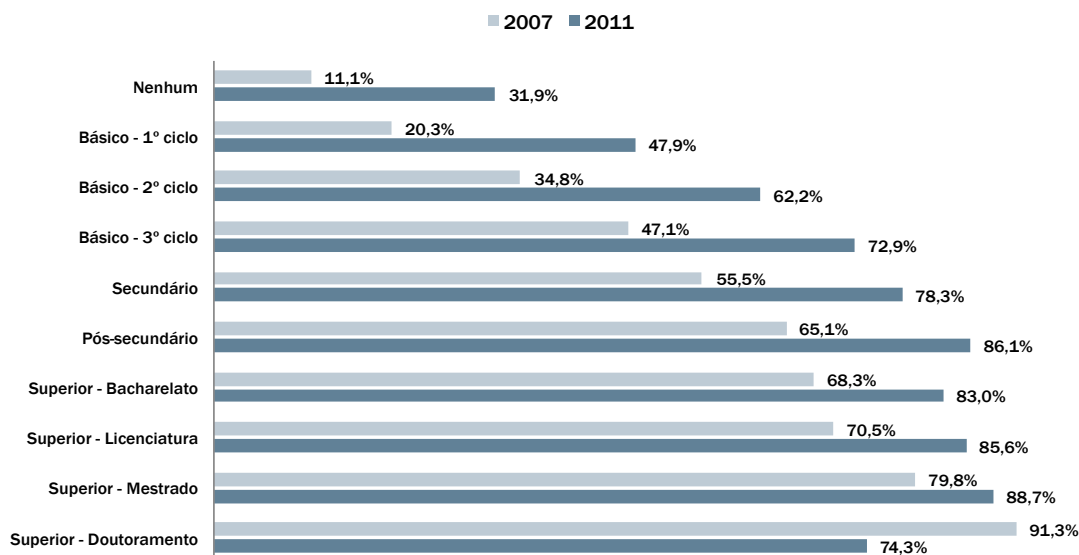


Figura 11 - Participação em atividades de aprendizagem informal, por grau de escolaridade, em Portugal, em 2007 e 2011. Fonte: Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011 (25-64 anos). Micro-dados do INE – Cálculos próprios.

Assim, pode afirmar-se que, entre 2007 e 2011, se verifica um aumento generalizado da participação dos portugueses em processos de aprendizagem formais, não formais e informais. E que esse aumento é sobretudo relevante entre os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos. Esta evolução corresponde a um esbatimento da influência do nível de escolaridade no envolvimento em processos de aprendizagem, ou seja, a um atenuar do *efeito de Mateus* associado à aprendizagem ao longo da vida, em Portugal.

Variáveis preditoras ²	Participação Ap. Informal <i>Odds Ratio</i> ²
Escolaridade ²	1,391** ²
Participação em processos RVCC ²	1,512** ²
Participação em ALV ²	1,633** ²
Idade ²	0,991* ²
Sexo (masculino) ²	0,850* ²
Presença crianças com menos de 15 anos no alojamento ²	1,025 ²
Escolaridade do pai ²	1,147* ²
Nagelkerke R ² ²	0,138* ²
χ^2 Model ²	852,451 ²

*p<0,01**p<0,001

Figura 12 - Preditores da participação em atividades de aprendizagem informal, 25-64 anos (escolaridade até ao ensino secundário) – Regressão Logística. Fonte: Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011 (25-64 anos). Micro-dados do INE – Cálculos próprios.

Quais os principais preditores da aprendizagem informal?

Analisados alguns dos factores que influem na participação em atividades de aprendizagem informal, procurou-se perceber de que forma agem em conjunto sobre essa participação, procedendo-se, para isso, à realização de uma regressão logística. Assim, consideraram-se como variáveis explicativas o sexo, a idade, a escolaridade, a participação em ALV, a presença de crianças com menos de 15 anos no agregado familiar e a escolaridade do pai. Obtiveram-se os seguintes resultados:

Globalmente, o modelo é significativo, permitindo explicar a participação em atividades de aprendizagem informal ($\chi^2=852,451$; p<0,001).

Procurando hierarquizar os efeitos das variáveis observa-se, em primeiro lugar, que a variável mais importante para perceber o desenvolvimento de atividades de aprendizagem informal é a participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida (formais e não formais), seguindo-se a participação em processos RVCC. Significa isto que o modo informal de aprender não pode, de forma alguma, ser dissociado dos modos não informais, uma vez que estes últimos parecem criar as condições (a sobretudo, as competências e as disposições) para que o primeiro possa ocorrer. Destaca-se também a participação em processos RVCC como tendo um contributo significativo para o desenvolvimento de modos informais de aprender.

Também a escolaridade surge, neste modelo, como contribuindo positivamente (e significativamente) para o desenvolvimento de práticas de aprendizagem informal, embora com impacto mais reduzido do que modalidades de ALV e os processos RVCC. Assim, níveis de escolaridade mais elevados tendem a fazer aumentar a possibilidade de ocorrerem práticas de aprendizagem informais no quotidiano. Ou seja, a escolaridade continua a ser um fator condicionador das aprendizagens informais.

Finalmente, é importante dar conta do efeito, de sinal contrário, da idade. À medida que a idade aumenta, a possibilidade de desenvolver aprendizagens informais diminui significativamente. Embora a idade seja, dos efeitos significativos, aquele que apresenta um contributo mais baixo, ainda assim o mesmo não pode deixar de ser tido em conta na leitura do modelo. Evidenciam-se, deste modo, as dificuldades acrescidas que se colocam aos mais idosos quanto ao desenvolvimento de aprendizagens informais, dificuldades essas que tendem a ocorrer mesmo quando os níveis de escolaridade são elevados e ou quando se está na presença de práticas formais e não formais de aprendizagem.

A diminuição das desigualdades no acesso da população adulta a processos formais, não formais e informais de aprendizagem verificada entre 2007 e 2011 parece confirmar o contributo inequívoco do investimento nacional nas políticas de educação e formação de adultos enquadradas pela Iniciativa Novas Oportunidades e nas quais se incluíam os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Referências bibliográficas

Ávila, Patrícia (2008). *A Literacia dos Adultos: Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*. Lisboa: Celta Editora.

EUROSTAT (s/d), Inquérito à Educação e Formação de Adultos (2007 e 2011). Página consultada a 10 de Março 2013, <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

Instituto Nacional de Estatística (2009). *Aprendizagem ao Longo da Vida - Inquérito à Educação e Formação de Adulto – IEFA 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Inquérito à Educação e Formação de Adultos – IEFA 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Maroco, João (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. 3ª Ed. Edições Sílabo.

UNESCO (1997), *International standard classification of education ISCED 1997*. UNESCO Institute for Statistics, Paris.

UNESCO (2011). *Revision of the international standard classification of education (ISCED)*. UNESCO Institute for Statistics, Paris.

i O EUROSTAT exigiu aos países que a recolha de dados fosse relativa aos indivíduos com idades compreendidas entre os 24 e os 64 anos. Cada país podia, desde que cumprisse este requisito, alargar para cima ou para baixo o intervalo etário de recolha (como fez Portugal).

ii O conceito de aprendizagem informal é objeto de diferentes interpretações por parte dos organismos internacionais com responsabilidades em matéria de educação. A maior clivagem entre as definições propostas reside no facto de algumas só incluírem a aprendizagem levada a cabo de forma deliberada pelo aprendente, considerando que “a intenção ou o objectivo de aprender é o ponto crítico que distingue estas atividades de outras que não são de aprendizagem, como as culturais ou as desportivas.” (UNESCO, 2011). Ora limitando o que é aprendizagem ao que é intencional e propositado, exclui-se tudo o que se aprende “sem se dar por isso”: excluem-se as atividades de aprendizagem situada, como definidas por Lave e Wenger (1991) que são as que “ocorrem integradas numa atividade, num contexto, numa cultura, que são normalmente não intencionais em vez de deliberadas.” Embora se compreenda a intenção de objetivar o que se entende por aprendizagem, consideramos que a objetivação implica uma descomplexificação da realidade que a empobrece e simplifica em excesso. De facto, muitas das aprendizagens que realizamos numa base quotidiana não são intencionais e, seguindo esta visão restritiva, serão sempre invisíveis. Ao contrário da recente definição de aprendizagem informal (UNESCO, 2011), a definição de 1997 era mais ampla, abarcando aprendizagens intencionais e não intencionais: “resultante de atividades do dia-a-dia relacionadas com o trabalho, família ou lazer. Não é estruturada (em termos de objectivos, duração ou meios de aprendizagem) e não conduz a uma certificação. Pode ser intencional, mas na maior parte dos casos é não intencional ou “incidental”. (UNESCO, 1997).